



Sindicato dos Empregados em Empresas de Seguros
Privados e Capitalização e de Agentes Autônomos de Seguros
Privados e de Crédito do Estado do Rio Grande do Sul
CNPJ 92.939.933/0001-67

ACORDO COLETIVO DE TRABALHO 2020/2021

SINDICATO DOS EMPREGADOS EM EMPRESAS DE SEGUROS PRIVADOS E CAPITALIZAÇÃO E DE AGENTES AUTÔNOMOS DE SEGUROS PRIVADOS E DE CRÉDITO NO ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL, por seu representante Sr. Valdir Schwarstzhaupt Bruschi, Presidente, inscrito no CPF sob nº 356.775.620-68 e a **CONTO SERVIÇOS ADMINISTRATIVOS EIRELLI**, CNPJ sob nº 05.040.709/0001-34, representada por seu Diretor Sr. Marcelo Conto, inscrito no CPF sob o nº 018.946.020-21, firmam o presente **ACORDO COLETIVO DE TRABALHO**, nos termos do artigo 611 da CLT, mediante as seguintes Cláusulas e Condições:

CLÁUSULA PRIMEIRA - VIGÊNCIA E DATA-BASE

As partes fixam a vigência do presente Acordo Coletivo de Trabalho no período de 1º de maio de 2020 a 30 de abril de 2021 e a data-base da categoria em 01º de maio.

CLÁUSULA SEGUNDA - ABRANGÊNCIA

O presente Acordo Coletivo de Trabalho abrangerá os empregados da empresa CONTO SERVIÇOS ADMINISTRATIVOS EIRELLI, com abrangência territorial no Estado do Rio Grande do Sul.

CLÁUSULA TERCEIRA - PISOS SALARIAIS

A partir de 1º de Maio de 2020 ficam instituídos os seguintes pisos salariais para os empregados com jornada de 220 horas mensais, de segunda-feira a sexta-feira:

- Auxiliar Operacional I, Auxiliar Adm I /Financ I /RH I, salário de **R\$ 1.219,00 (um mil, duzentos e dezenove reais)**;
- Analista Operacional II, Analista Adm II /Financ II /RH II salário de **R\$ 1.515,50 (um mil, quinhentos e quinze reais e cinquenta centavos)**;
- Analista Operacional III, Analista Adm III/Financ III/RH III salário de **R\$ 1.715,62 (um mil, setecentos e quinze reais e sessenta e dois centavos)**;
- Supervisor Operacional, Supervisor Administrativo salário **R\$ 1.824,58 (um mil, oitocentos e vinte e quatro reais e cinquenta e oito centavos)**;
- Gerente Técnico/ Operacional/ Administrativo salário de **R\$ 3.040,97 (três mil, e quarenta reais e noventa e sete centavos)**;
- Analista de TI salário de **R\$ 1.524,70 (um mil, quinhentos e vinte e quatro reais e setenta centavos)**.

CLÁUSULA QUARTA - REAJUSTE SALARIAL

Em 1º de Maio de 2020 os salários dos empregados representados pelo Sindicato Obreiro serão reajustados em 2,46% (dois vírgula quarenta e seis por

AD
26



Sindicato dos Empregados em Empresas de Seguros
Privados e Capitalização e de Agentes Autônomos de Seguros
Privados e de Crédito do Estado do Rio Grande do Sul
CNPJ 92.939.933/0001-67

cento) percentual este que incidirá sobre os salários de 1º de maio de 2019, resultante do presente Acordo Coletivo de Trabalho.

CLÁUSULA QUINTA - REAJUSTE SALARIAL PROPORCIONAL

O percentual de reajustamento do salário do empregado que seja admitido na empresa após a data-base, será proporcional ao tempo de serviço.

CLÁUSULA SEXTA - PRAZO PARA PAGAMENTO DE SALÁRIO

Os salários poderão ser pagos até o 5º (quinto) dia útil do mês subsequente ao vencido.

CLÁUSULA SÉTIMA - DESCONTOS

Serão considerados válidos os descontos salariais, desde que prévia e expressamente autorizados pelo empregado, efetuados pelo empregador a título de:

- a) mensalidade de sócio do SINDICATO DOS SECURITÁRIOS DO RS - sindicato representativo da categoria;
- b) convênio de plano de saúde (medicamentos, óptico, médicos, odontológicos e psiquiátricos) e convênio de seguro de vida em grupo, limitando-se o total do desconto em 25% (vinte cinco por cento) do piso salarial fixado na Cláusula Terceira;
- c) desconto dos valores referentes ao pagamento de empréstimos, financiamentos e operações de arrendamento mercantil, concedidos por instituições financeiras e sociedades de arrendamento mercantil, na forma da Lei 10.820/03.

PARÁGRAFO PRIMEIRO: Fica ressalvado o direito do empregado de cancelar, a qualquer tempo e por escrito, a autorização para que se proceda aos descontos salariais acima especificados, respeitadas as obrigações já anteriormente assumidas pelo empregado.

PARÁGRAFO SEGUNDO: As mensalidades descontadas dos associados do SINDICATO DOS SECURITARIOS DO RS, em folha de pagamento, deverão ser repassadas ao sindicato obreiro até o 5º (quinto) dia útil do mês subsequente ao desconto, através de depósito na conta corrente 13.002.770-6, agência 1.001 do Banco Santander (033) e encaminhado comprovante de depósito e relação de nomes dos empregados para o email sindicato@securitariosrs.org.br ou via correio.

CLÁUSULA OITAVA - COMPENSAÇÕES

Poderão ser compensados nos reajustes previstos no presente Acordo Coletivo de Trabalho os aumentos salariais, espontâneos, concedidos durante o período do presente acordo, exceto os provenientes de equiparação salarial determinado por sentença transitada em julgado.

CLÁUSULA NONA - COMPROVANTE DE PAGAMENTO

A empresa deverá tornar disponível ao empregado comprovante de pagamento de salários, com discriminação das importâncias pagas e dos descontos



Sindicato dos Empregados em Empresas de Seguros
Privados e Capitalização e de Agentes Autônomos de Seguros
Privados e de Crédito do Estado do Rio Grande do Sul
CNPJ 92.939.933/0001-67

efetuados. De tais comprovantes deverá constar a identificação da empresa e do empregado.

PARÁGRAFO ÚNICO: Do referido comprovante deverá constar também a importância relativa ao depósito do Fundo de Garantia por Tempo de Serviço, devido à Conta Vinculada do empregado optante, conforme estabelecido na primeira parte do artigo 17 da Lei 8.036 de 11.05.90 e regulamentado pelo artigo 33 do Decreto nº 99.684 de 08.11.90.

CLÁUSULA DÉCIMA - SALÁRIO SUBSTITUTO

Caso a empresa não tenha Plano de Cargos e Salários organizado e venha a admitir empregado para a função de outro demitido sem justa causa, será garantido àquele, salário igual ao do empregado de menor salário na função.

CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA - QUINQUENIO

A empresa pagará aos seus empregados, a título de adicional por tempo de serviço, o percentual de 5% (cinco por cento) sobre o salário base, a cada 05 (cinco) anos de efetivo trabalho consecutivos e ininterruptos a partir da contratação. O adicional previsto nesta cláusula será devido independentemente da forma de remuneração, devendo ser pago mês a mês.

CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA - AUXÍLIO VALE-REFEIÇÃO

A empresa fornecerá vale-refeição a todos os seus empregados, no valor de R\$ 245,90 (duzentos e quarenta e cinco reais e noventa centavos), por mês, com a participação dos empregados no seu respectivo custeio, no percentual máximo de desconto de 20% (vinte por cento), a serem pagos até o último dia útil do mês anterior ao do benefício, inclusive nos períodos de gozo de férias, de afastamento por doença ou acidente (até 90 dias), de licença maternidade e do aviso prévio trabalhado.

PARÁGRAFO ÚNICO: O auxílio previsto nesta cláusula não terá natureza remuneratória, nos termos da Lei 6.321/76 e seus Decretos regulamentadores.

CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA - VALE TRANSPORTE

A empresa concederá o vale-transporte mensalmente, nos termos da Lei nº 7.418/85, garantida a entrega dos mesmos junto com a folha de pagamento de salários.

CLÁUSULA DÉCIMA QUARTA- RELAÇÃO DE SALÁRIOS

A empresa se obriga a entregar ao empregado demitido a relação de seus salários durante o período trabalhado, ou incorporado na Relação de Salários de Contribuição (RSC) conforme formulário do INSS, no momento da Homologação da Rescisão de Contrato de Trabalho.



Sindicato dos Empregados em Empresas de Seguros
Privados e Capitalização e de Agentes Autônomos de Seguros
Privados e de Crédito do Estado do Rio Grande do Sul
CNPJ 92.939.933/0001-67

CLÁUSULA DÉCIMA QUINTA - DISPENSA DO AVISO PRÉVIO

A empresa cumprirá o disposto no Art. 487 da CLT.

PARÁGRAFO PRIMEIRO: Na hipótese do empregado despedido, sem justa causa, com o aviso prévio sendo trabalhado, caso o empregado venha a obter novo emprego, isentará o empregador do pagamento dos dias restantes, limitado essa isenção aos 30 primeiros dias, tendo o empregado direito ao aviso prévio proporcional, este deverá ser pago.

PARÁGRAFO SEGUNDO: O empregado que vier a pedir demissão, quanto comprovar a obtenção de novo emprego será dispensado do cumprimento e do pagamento do Aviso Prévio, bem como ficará a empresa desonerada do pagamento dos dias não trabalhados.

CLÁUSULA DÉCIMA SEXTA - ANOTAÇÃO DA DISPENSA DO AVISO PRÉVIO

Quando a empresa dispensar o empregado de comparecer ao trabalho durante o aviso prévio, se obriga a fazer a anotação correspondente no verso do próprio aviso.

CLÁUSULA DÉCIMA SÉTIMA - AVISO PRÉVIO ESPECIAL

A empresa concederá aviso prévio de 50 (cinquenta) dias aos empregados com mais de 45 (quarenta e cinco) anos de idade e com mais de 05 (cinco) anos de trabalho para o mesmo empregador, desde que atendidos ambos os requisitos.

PARÁGRAFO ÚNICO: Para os empregados cuja aplicação da Lei nº 12.506/11 resulte em um benefício maior aplica-se a Lei. Fica estabelecido que não se somam os dois critérios (fixado no Acordo Coletivo de Trabalho e na Lei 12.506/11) referente ao aviso prévio proporcional.

CLÁUSULA DÉCIMA OITAVA - ESTABILIDADE DA GESTANTE

Será garantida a estabilidade provisória para a empregada gestante, que não poderá ser dispensada desde a concepção até 90 (noventa) dias após o término do gozo do benefício previdenciário previsto em lei.

CLÁUSULA DÉCIMA NONA - ESTABILIDADE DO ACIDENTADO

Será garantida nos termos do Art. 118 da Lei nº 8.213/91, a estabilidade provisória de um ano a todo o empregado que retornar do Seguro Acidente do Trabalho, a contar da alta concedida pelo INSS.

CLÁUSULA VIGÉSIMA - ESTABILIDADE DO APOSENTANDO

Fica assegurada a estabilidade provisória, durante os 12 (doze) meses anteriores à implementação do tempo de serviço necessário à concessão do benefício de aposentadoria, ao empregado que mantenha contrato de trabalho com a empresa pelo prazo mínimo de 05 (cinco) anos ininterruptos.



Sindicato dos Empregados em Empresas de Seguros
Privados e Capitalização e de Agentes Autônomos de Seguros
Privados e de Crédito do Estado do Rio Grande do Sul
CNPJ 92.939.933/0001-67

PARÁGRAFO PRIMEIRO: Para a concessão da estabilidade acima prevista, o empregado deverá comprovar a averbação do tempo de serviço mediante certidão expedida pela Previdência Social. A apresentação da certidão poderá ser dispensada caso o empregador, à vista dos documentos fornecidos pelo empregado, verifique a existência do tempo de serviço necessário à concessão do benefício.

PARÁGRAFO SEGUNDO: A concessão prevista nesta cláusula ocorrerá uma única vez, respeitado o direito de opção do empregado, restando prejudicada na hipótese de encerramento das atividades da empresa, dispensa por justa causa ou pedido de demissão.

CLÁUSULA VIGÉSIMA PRIMEIRA - HORAS EXTRAS

As horas extras serão remuneradas com acréscimo de 50% (cinquenta por cento) para as duas primeiras e 70% (setenta por cento) para as excedentes a esta.

CLÁUSULA VIGÉSIMA SEGUNDA - ABONO DE FALTA PARA RECEBIMENTO DO PIS

A empresa se obriga a dispensar os empregados durante meio expediente da jornada de trabalho, sem prejuízo salarial, para saque das parcelas do PIS/PASEP e durante 01 (um) dia, quando seu domicílio bancário for fora da cidade, exceto nos casos em que o empregado receba o benefício diretamente do empregador.

CLÁUSULA VIGÉSIMA TERCEIRA - ABONO DE FALTA PARA CONSULTA MÉDICA

A empresa se obriga a abonar as faltas ao serviço do pai ou mãe, no caso de consulta, exames médico ou internações hospitalares de filhos menores de 16 (dezesseis) anos de idade ou que tenham necessidades especiais, mediante comprovação médica. O benefício fica limitado a 03 (três) faltas por mês e 12 (doze) ao ano.

CLÁUSULA VIGÉSIMA QUARTA - CONVOCAÇÃO PELO TRE

Os empregados convocados pela justiça eleitoral terão a compensação destes dias em data de livre escolha, a ser feita em até 06 (seis) meses da data da eleição pela qual foi convocado.

CLÁUSULA VIGÉSIMA QUINTA - ABONO DE FALTA AO ESTUDANTE

Os empregados estudantes, em dia de matrícula e em dia de realização de provas finais de cada semestre - se matriculados em escolas oficiais ou reconhecidas - serão dispensados de seus pontos durante meio turno desde que comuniquem à empresa 48 (quarenta e oito) horas antes e comprovem posteriormente, no mesmo prazo, o fato gerador de sua ausência.

PARÁGRAFO ÚNICO: A falta do estudante para a realização de exames vestibulares e/ou concurso público e/ou ENEM, será abonada, ficando limitada



Sindicato dos Empregados em Empresas de Seguros
Privados e Capitalização e de Agentes Autônomos de Seguros
Privados e de Crédito do Estado do Rio Grande do Sul
CNPJ 92.939.933/0001-67

ao turno de realização da prova, desde que comunicada e comprovada a sua realização nos mesmos prazos fixados no "caput" da presente cláusula.

CLÁUSULA VIGÉSIMA SEXTA - JORNADA DE TRABALHO DO ESTUDANTE

Fica vedado ao empregado estudante ter jornadas que se estendam pelos 03 (três) turnos escolares.

PARÁGRAFO ÚNICO: Fica vedada a alteração ou prorrogação da jornada de estudante que vier a prejudicar a frequência às aulas e exames escolares.

CLÁUSULA VIGÉSIMA SÉTIMA - ATRASO AO SERVIÇO

A empresa não poderá descontar a importância relativa ao repouso semanal remunerado e feriado correspondente, quando o empregado, apresentando-se atrasado no horário de serviço, tiver seu trabalho permitido naquele dia.

CLÁUSULA VIGÉSIMA OITAVA - LIBERAÇÃO PARA PARTICIPAÇÃO EM CURSOS

A empresa dispensará seus empregados para participação em cursos, desde que não haja prejuízos nas atividades da empresa, e diante da prova do empregado que frequentou o curso. As despesas com o curso ocorrerão por conta do empregado, sem prejuízo salarial, desde que comunique ao empregador com 05 (cinco) dias de antecedência e que haja identidade entre o curso e as funções efetivamente exercidas pelo empregado na empresa.

PARÁGRAFO ÚNICO: A previsão contida no "caput" desta cláusula será limitada a 30 (trinta) horas ano.

CLÁUSULA VIGÉSIMA NONA - LICENÇA PARA FINS DE ADOÇÃO

O (a) empregado (a) que adotar ou obtiver guarda judicial para fins de adoção de criança será concedida licença-paternidade ou licença-maternidade, respectivamente, nos termos da legislação vigente.

PARÁGRAFO ÚNICO: A licença-paternidade ou licença-maternidade só será concedida mediante apresentação do termo judicial de guarda ao adotante.

CLÁUSULA TRIGÉSIMA - FÉRIAS PROPORCIONAIS

Aos empregados que rescindirem espontaneamente seu contrato de trabalho antes de completar 01 (um) ano de serviço, serão pagas férias proporcionais à razão de 1/12 avos da respectiva remuneração mensal por cada mês completo de trabalho, nos termos da Súmula 261 do TST.

CLÁUSULA TRIGÉSIMA PRIMEIRA - ATESTADOS MÉDICOS

A empresa fica obrigada a aceitar, para todos os efeitos, atestados de médicos e comprovantes de consulta e exames complementares fornecidos por médico próprio da empresa; médico em convênio reconhecido pela empresa; médico em convênio mantido pela empresa; médico em convênio mantido pelo (a)



**Sindicato dos Empregados em Empresas de Seguros
Privados e Capitalização e de Agentes Autônomos de Seguros
Privados e de Crédito do Estado do Rio Grande do Sul**
CNPJ 92.939.933/0001-67

cônjuge ou pais, profissionais credenciados pelo INSS/SUS bem como, com os mesmos efeitos, boletim de atendimento expedido em caso de emergência.

PARÁGRAFO ÚNICO: Na forma da resolução numero 1.819/07 do Conselho Federal de Medicina, fica a empresa impossibilitada de exigir o número do CID (Código Internacional de Doenças) nos atestados médicos fornecidos pelos empregados.

CLÁUSULA TRIGÉSIMA SEGUNDA - QUADRO MURAL

Fica assegurada a divulgação pelo sindicato obreiro em quadro mural de fácil acesso aos empregados - de editais, avisos e notícias editadas pelo sindicato, desde que não contenham matéria de cunho partidário ou ofensivo ao empregador.

CLÁUSULA TRIGÉSIMA TERCEIRA - RELAÇÃO NOMINAL DE EMPREGADOS

A empresa fica obrigada a encaminhar ao sindicato obreiro, cópia das guias de contribuição sindical e desconto de contribuição assistencial, acompanhadas da relação nominal de empregados, no prazo máximo de 10 (dez) dias após os respectivos recolhimentos.

CLÁUSULA TRIGÉSIMA QUARTA - CÓPIA DO CONTRATO DE TRABALHO

A empresa se obriga a entregar ao empregado, no ato de admissão, cópia do contrato de trabalho.

CLÁUSULA TRIGÉSIMA QUINTA - ANOTAÇÃO DA FUNÇÃO

A empresa fica obrigada a promover a anotação na CTPS do empregado da função efetivamente exercida no estabelecimento.

CLÁUSULA TRIGÉSIMA SEXTA - COMPETÊNCIA DA JUSTIÇA DO TRABALHO

As partes acordantes reconhecem a Justiça do Trabalho como foro competente para dirimir as controvérsias decorrentes da aplicação do presente Acordo Coletivo de Trabalho.

PARÁGRAFO ÚNICO: O Sindicato Obreiro, para fins de cumprimento, poderá ajuizar ação própria, na forma prevista no parágrafo único do art. 872 da Consolidação das Leis do Trabalho.

CLÁUSULA TRIGÉSIMA SÉTIMA - CÓPIA DO RECIBO DE ENTREGA DA RAIS

A empresa encaminhará ao Sindicato Obreiro, via e-mail sindicato@securitariosrs.org.br ou via correio, cópia do recibo da entrega da RAIS, acompanhada da relação de empregados, no prazo de 05 (cinco) dias após a efetiva entrega ao órgão competente.

CLÁUSULA TRIGÉSIMA OITAVA - "DIA DO SECURITÁRIO"



Sindicato dos Empregados em Empresas de Seguros
Privados e Capitalização e de Agentes Autônomos de Seguros
Privados e de Crédito do Estado do Rio Grande do Sul
CNPJ 92.939.933/0001-67

Fica estabelecido que a terceira segunda-feira do mês de outubro será reconhecida como "Dia do Securitário", o qual será considerado como dia de repouso remunerado e computado no tempo de serviço para todos os efeitos legais.

PARÁGRAFO PRIMEIRO: É facultado ao empregador à exigência da prestação do trabalho no aludido dia. Para os casos em que o empregador exigir a prestação do trabalho no "Dia do Securitário", o repouso remunerado descrito no "caput", será gozado na data de aniversário do empregado que tenha prestado trabalho no "Dia do Securitário".

PARÁGRAFO SEGUNDO: Caso o dia do aniversário do empregado que tenha prestado trabalho no "Dia do Securitário", recair em um sábado, domingo ou feriado, tal gozo deverá ocorrer em dia útil anterior ou posterior a data de aniversário.

PARÁGRAFO TERCEIRO: O referido repouso descrito no "caput" deverá ser gozado no prazo máximo da vigência do presente Acordo Coletivo de Trabalho.

CLÁUSULA TRIGÉSIMA NONA – CONTRIBUIÇÃO ASSISTENCIAL EMPREGADOS

De acordo com o disposto no artigo 545 da CLT, as Empresas se obrigam a **descontar de todos os empregados sócios** 01 (um) dia de remuneração do empregado, no mês de assinatura do Acordo Coletivo de Trabalho, a título de contribuição assistencial.

PARÁGRAFO PRIMEIRO: Dos empregados **não sócios e mediante autorização expressa dos mesmos**, a Empresa descontará 01 (um) dia de remuneração do empregado, no mês descrito na autorização expressa preenchida e assinada pelo empregado, a título de contribuição assistencial.

PARÁGRAFO SEGUNDO: O recolhimento dos valores constantes desta cláusula deverá ser repassado ao Sindicato dos Securitários do RS, através de crédito em conta corrente, no Banco Santander (033), Agência 1.001, conta corrente 13.002770-6, até 10 (Dez) dias após os descontos, encaminhando via e-mail as autorizações expressas e comprovantes de depósito bancário.

CLÁUSULA QUADRAGÉSIMA: ESTABILIDADE PROVISÓRIA

Em virtude da Pandemia provocada pelo Covid19, devido a empresa passar por dificuldades financeiras e para evitarmos a demissão de seus colaboradores, **excepcionalmente, sem formar base para procedimento coletivo futuro**, o referido reajuste salarial poderá ser concedido em toda sua extensão a partir de 01.11.2020, sem retroatividade.

PARÁGRAFO PRIMEIRO: Fica resguardado portanto, a estabilidade provisória de seus empregados, até 01.11.2020, onde nenhum empregado poderá ser demitido, exceto nos casos de pedido de demissão.



Sindicato dos Empregados em Empresas de Seguros
Privados e Capitalização e de Agentes Autônomos de Seguros
Privados e de Crédito do Estado do Rio Grande do Sul
CNPJ 92.939.933/0001-67

PARÁGRAFO SEGUNDO: Caso, a Empresa venha a descumprir, a estabilidade provisória, a mesma terá que pagar uma multa de um salário de remuneração do empregado a qual deverá paga diretamente ao empregado demitido.

PARÁGRAFO TERCEIRO: Para os empregados demitidos após 01.11.2020 até 30.04.2021, a empresa deverá pagar os reajustes devidos entre a data base de 01.05.2020 e 30.10.2020.

Porto Alegre, 01 de Setembro de 2020.

Valdir Schwarstzhaupt Brusch
Presidente
Sindicato dos Securitários do Estado do Rio Grande do Sul

Marcelo Conto
Diretor
CONTO SERVIÇOS ADMINISTRATIVOS EIRELLI